



Revista de Administração de Empresas

ISSN: 0034-7590

ISSN: 2178-938X

Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo

Rampazo, Adriana Vinholi; Saraiva, Luiz Alex Silva;
Souza, Eloíso Moulin de; Brewis, Jo; O'Shea, Saoirse
ROMPENDO HEGEMONIAS SOBRE CORPOS E ORGANIZAÇÕES
Revista de Administração de Empresas, vol. 62, núm. 4, e0000-0022, 2022
Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220402>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155172338001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

FÓRUM

Artigo convidado

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020220402>

ROMPENDO HEGEMONIAS SOBRE CORPOS E ORGANIZAÇÕES

Adriana Vinholi Rampazo¹ | arampazo@uel.br | ORCID: 0000-0001-8477-3964

Luiz Alex Silva Saraiva² | saraiva@face.ufmg.br | ORCID: 0000-0001-5307-9750

Eloíso Moulin de Souza³ | eloisiomoulin@gmail.com | ORCID: 0000-0002-0775-7757

Jo Brewis⁴ | joanna.brewis@open.ac.uk | ORCID: 0000-0001-7617-331X

Saoirse O'Shea⁴ | saoirse.oshea@open.ac.uk | ORCID: 0000-0003-2835-556X

¹Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Londrina, PR, Brasil

²Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, MG, Brasil

³Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, ES, Brasil

⁴The Open University, The Open University Business School, Milton Keynes, Buckinghamshire, Inglaterra

A tradição cartesiana reforçou, por muito tempo, o dualismo entre o psicológico e o material, a razão e a paixão, a mente e o corpo, aspectos considerados distintos e excludentes. O “penso, logo existo” de Descartes confinou o pensamento moderno a quadros ordenados e hierarquizados, com a sobreposição do “pensar” ao “existir”. Para Styhre (2004, p. 103), “a distinção mente-corpo provou ser viável, e a noção do corpo opôs-se à mente como portadora de todas as qualidades e necessidades inferiores, excluídas ou marginalizadas”, o que resultou em um pensamento dicotômico hierarquizador de elementos polarizados. Foi assim que a mente se tornou potencialmente racional e mais significante que o corpo, sendo este mero aparato material que a aprisiona, atrapalhando as operações da razão (Grosz, 1994). Aqui, corpo é o corpo biológico, “um objeto no mundo sobre o qual pode haver um conhecimento objetivo do tipo universal” (Dale, 2001, p. 9). Como um artigo definido – “o corpo” – assume-se uma ontologia realista sobre ele, isto é: o corpo é um objeto natural determinado por mecanismos biológicos sobre o qual podem ser feitas explicações e predições, dado que ele é universal e padronizado. Como resultado, esse corpo – passivo, receptáculo biológico abrigando uma subjetividade voluntária – deve ser controlado e treinado.

Essa concepção dualista cartesiana em que a mente controla e subordina o corpo, mero *commodity* a ser empregado para a função produtiva, foi absorvida pela teoria organizacional desde seu início, adotando uma abordagem desincorporada (Shilling, 2012). A cumplicidade da área com um projeto racional-modernista na versão weberiana (Hassard, Holliday, & Wilmott, 2000) fez com que fosse obstruída qualquer referência a fatores diversos ao de um “corpo simulacro” (Tyler & Hancock, 2001), um “homem artificial” (Gatens, 1996), neutro e universal que refletia

perfeitamente o padrão de um trabalhador. O corpo ativo do Schmidt de Taylor, o controle espacial dos corpos promovidos por Ford, o trabalhador “*just-in-time*” da Toyota são exemplos da busca incessante de moldagem dos corpos dos trabalhadores por práticas organizacionais que fazem parte da história da Administração (Hancock & Tyler, 2000). Como afirma Küpers (2015, p. 94), “como as organizações e seus membros, estruturas e pesquisas excluem, classificam, separam, organizam e não gostam de impureza, heterogeneidade, desordem e confusão, eles são tradicionalmente relutantes em considerar o corpo e a incorporação”.

Foucault (2014) afirma que, no século 17, emerge toda uma anatomia política do corpo que permite que ele seja gerido, aperfeiçoado e transformado em dócil e útil. Nesse contexto, os corpos são dispositivos de poder que permitem o controle das massas populacionais por meio de práticas sutis que constituem o próprio sujeito. O corpo, portanto, não se trata de um componente meramente biológico, mas principalmente de um elemento político no processo de *embodiment* das identidades (Sasson-Levy, 2008). O *embodiment* declara que nossos pensamentos, ações, inteligibilidades, emoções, desejos e estratégias cotidianas se manifestam por meio do corpo e podem ser reconhecidos nos discursos, evidenciando as formas como os corpos são especificamente utilizados, disciplinados e significados em cada espaço organizacional (Csordas, 1990; Styhre, 2004). Cada contexto organizacional materializa uma forma específica para se perceberem e compreenderem os significados relacionados ao corpo (Simpson & Pullen, 2018), o que faz dele um elemento ativo na constituição do sujeito. O *embodiment* rompe com o dualismo cartesiano mente/corpo porque considera que o corpo não é um produto passivo do discurso, “reduzido a um objeto totalmente consumido e moldado pelo discurso, mas reiterado como meio de expressão e resistência da identidade” (Thanem, 2015, p. 279).

Os corpos sexuais, generificados e racializados, foram ignorados por representarem “caos e desordem e, portanto, claramente colocados em oposição às noções weberianas de racionalidade” (Witz, Halford, & Savage, 1996, p. 173). Qualquer variação sobre o corpo de alguma forma atentava sobre a ordem social e, assim, sobre a racionalidade produtiva, o que justificou a construção de um verdadeiro aparato legitimador de uma ordem sobre os corpos. Enquanto o corpo masculino tem sido considerado completo e adequado para a esfera pública, estabelecendo-se como a norma, o corpo feminino é tido como inferior, instável e limitado, devendo por isso ser confinado à esfera privada (Shilling, 2012). As normas discursivas estabelecem quando um determinado corpo é considerado adequado ou não para um determinado trabalho, e essas normas circulam por meio da socialização organizacional (Godfrey, Lilley, & Brewis, 2012), sendo corpos que não seguem a lógica binária heteronormativa excluídos e invisibilizados. Nesse sentido, os indivíduos são “presos em *performances* corporais por relações mais amplas de poder e discurso [e] representados em regimes de gênero (apropriadamente desempenhos masculino e feminino) [...]” (Sinclair, 2005, p. 388).

O corpo, portanto, não é negado, mas é tratado como uma espécie de “presença ausente” por ser, ao mesmo tempo, visto como máquina-organismo, “um alvo de controle” e um elemento biológico fora dos seus domínios de conhecimento, da mesma forma que pontua Shilling (2012) sobre o corpo na Sociologia. Para Thanem (2015), a forma como nos envolvemos com o corpo nos Estudos Organizacionais forjou nosso olhar sobre a natureza humana e das organizações. Nas

organizações, segundo Dale (2001, p. 21), “a divisão do corpo e da mente foi institucionalizada por meio da divisão do trabalho, da ‘execução’ e da ‘concepção’”, ancorada na definição de organização como “órgãos sem corpos” (Dale & Burrel, 2000), como uma espécie reificada de entidade concreta, um organismo regular e natural, que existe independente da vontade dos seres humanos (Chia, 2003). O grande problema relacionado ao corpo na maior parte dos Estudos Organizacionais desde a Administração Científica tem sido como padronizá-lo, controlá-lo e torná-lo mais produtivo, desconsiderando que o corpo “é uma forma simbólica poderosa, uma superfície na qual as regras centrais, hierarquias e até compromissos metafísicos de uma cultura são inscritos e, assim, reforçados por meio da linguagem concreta do corpo” (Bordo, 1992, p. 13).

Contudo, apesar da ênfase hegemônica no controle, na padronização e na produtividade dos corpos, o tema não tem tido grande espaço nas pesquisas organizacionais, sendo tratado de maneira implícita, secundária e periférica, havendo “consideráveis atividades incorporadas de organizações que são excluídas, marginalizadas ou negligenciadas” (Styhre, 2004, p. 101), inclusive em investigações relacionadas a identidades, consideradas descorporificadas (*disembodied*) por negligenciarem o corpo em suas análises (Bardon, Clegg, & Josserand, 2012; Knights & Clarke, 2017; Pullen & Vacchani, 2013). Apesar dessa negligência e da ortodoxia dominante, a área de Estudos Organizacionais felizmente não é monolítica (Reed, 2006; Westwood & Clegg, 2003). Nos anos 1980, começaram a ocorrer movimentos com orientação construcionista, crítica e pós-estruturalista de questionamentos epistemológico e ontológico que colocaram o racionalismo cartesiano em xeque (e.g. Clegg, 1987; Clegg & Dunkerley, 1980; Cooper & Burrell, 1988; Reed, 1985), propiciando um olhar mais atento ao corpo nos Estudos Organizacionais (e.g. Acker, 1990; Barry & Hazen, 1996; Bell & King, 2010; Flores-Pereira, 2010; Flores-Pereira, Davel, & Cavedon, 2008; Harding, Gilmore, & Ford, 2022; Küpers, 2017; Souza, Brewis, & Rumens, 2016; Souza, Costa, & Pereira, 2015; Thanem, 2015; Thanem & Knights, 2012; Trethewey, 1999; Witz, Halford, & Savage, 1996).

O entendimento sobre “o corpo” como uma entidade é substituído pela ideia de “corpos”, um campo que engloba as diferenças (Grosz, 1994): “em termos teóricos, [...] algumas partes dos estudos de organização se tornaram abertas a um questionamento mais fundamental de seus termos e processos de senso comum” (Dale, 2001, p. 18), incluindo a concepção de organização que passa a ser vista como construção social e histórica em devir e não como entidade natural concreta externa aos sujeitos (Chia, 2003). Partindo disso, a reflexão nos Estudos Organizacionais inclui a ideia de corpo incorporado (*embodied*, em inglês), uma experiência que é, ao mesmo tempo, física e mental, sujeito e objeto, natureza e cultura, própria da nossa existência em sociedade, rejeitando as concepções binárias de substâncias distintas (Cregan, 2006; Dale, 2001; Grosz, 1994). A partir dessa ideia, duas vertentes desenvolvem-se nos Estudos Organizacionais: 1) o corpo histórico e 2) o corpo vivido (Dale, 2001).

O corpo histórico é reconhecido como um objeto de controle, um “corpo construído” (Dale, 2001), “moldado em conformidade com as regras e regimes externos” (Cregan, 2006, p. 7), caracterizando o funcionamento de um processo constituinte em que a expressão do corpo é constrangida e regulada pelo social enquanto, simultaneamente, transforma o corpo assujeitado em símbolo e modelo. Os estudos desenvolvidos por Acker (1990, 2006), que desnudaram a lógica organizacional do trabalho desincorporado, desempenharam um papel altamente relevante,

defendem Nkomo e Rodriguez (2018), por terem possibilitado pensar o regime de desigualdades nas organizações e o conceito de trabalhador ideal a partir da corporalidade, como feito por Meriläinen, Tienari e Valtonen (2015) sobre como as práticas de seleção de executivos favorecem certos tipos de corpos – brancos, masculinos e heterossexuais – e Dar e Ibrahim (2019) sobre a produção da vergonha no corpo não branco. Nessa vertente, vemos surgir estudos que desvelam processos organizacionais de manipulação e controle dos corpos por meio de técnicas disciplinares que imprimem nos “corpos colonizados” determinados códigos normalizadores (e.g. Almeida & Flores-Pereira, 2013; Bell & King, 2010; Cutcher, 2021; Hancock & Tyler, 2000; Hyde et al., 2014; Just, Kirkegaard, & Muhr, 2019; Kenny & Bell, 2011; Rosa & Brito, 2010; Sinclair, 2005; Trethewey, 1999; Tyler & Hancock, 2001) partindo do conceito de que “o corpo é, portanto, o meio pelo qual a socialização em uma cultura é alcançada por meio de um processo pedagógico de ensino e aprendizagem” (Bell & King, 2010, p. 434). O que esses estudos enfatizam são tecnologias de poder (Foucault, 2014) e sistemas de controle que agem sobre os corpos regulando-os por meio de uma util pedagogia (Louro, 2000).

Apesar da importância desses estudos, grande parte deles ainda está centrada nos mecanismos de controle e manipulação dos corpos. Mesmo que, para expor essa objetificação, mais do que como as pessoas vivenciam a sua incorporação nessa maquinaria, corram “o risco de construí-lo como uma entidade passiva a ser moldada e gerenciada pelos atos racionalistas da mente, seja por meio do controle gerencial ou da autodisciplina”, criticam Thanem e Knights (2012, p. 93). Como enfatizado por Foucault (2018, 2019), poder e resistência coexistem em uma constante batalha sobre os corpos, formando sujeitos e determinando a própria condição de suas existências. A experiência do sujeito no mundo está ligada a como seu corpo, como material biológico, é percebido no meio social, cultural e histórico em que habita, o que Harding, Gilmore e Ford (2022) chamam de corpo/carne. Um exemplo é como o discurso da maternidade está inscrito para todo e qualquer corpo de mulher, tornando-as dispostas ao cuidado dos outros (Cutcher, 2021), uma associação entre o biológico e as expectativas sociais e culturais. Não se adequar a esse modelo é ser rejeitado como um corpo abjeto (Butler, 2019b), não sendo possível ignorar o poder que o modela, o manipula, o designa e o exclui (Bourabain, 2020; Gatrell, 2014; Mik-Meyer; 2008; Oliveira, 2018; O’Shea, 2019), mesmo sabendo que esse poder é o mesmo que o põe em ação, uma vez que ele é a “condição do vir a ser do sujeito” (Butler, 2019a, p. 16). O poder não é externo ao sujeito; está nele mesmo constrangendo-o, por certo, mas também o trazendo à existência, pois ele nem sempre produz o que pretende. Isso permite vislumbrar espaço para o enfrentamento e a transformação.

A segunda vertente de estudos sobre o corpo, a do corpo vivido, tenta responder a esse desafio ao incluir a ideia de Merleau-Ponty (1999, p. 122) de que “o corpo é veículo do ser no mundo”, sendo por meio dele que experienciamos a vida. Para Flores-Pereira (2010, p. 422), “resgatar a dimensão incorporadora do ambiente sócio-cultural significa, portanto, apresentar um nível mais profundo de importância do corpo no processo sócio-histórico-cultural. Fala-se de um corpo pessoa engajado na vida prática e que, simultaneamente, vivencia e produz cultura e história”. Foi o que destacaram Méndez e Mora (2013) no caso de pastoras neopentecostais na Venezuela, que constroem e reconstruem seus corpos a partir da tensão entre os dogmas religiosos e o exercício

da liderança. Nesse caso, o corpo é visto tanto como construído (*inscribed*) quanto como o que constrói (*active*) a cultura e a história do espaço em que está inserido, em uma constante negociação social. Assim, ao trabalhar aqui com essa aparente divisão entre corpo histórico e corpo vivido, não pretendemos separar o estudo do corpo de maneira binária, colocando em diferentes gavetas os estudos que tratam do corpo. A ideia é tornar esse campo mais inteligível a partir dos contornos que foi tomando com o surgimento de novos olhares. No entanto, é importante ter em mente que as diferentes formas de estudar o corpo, na verdade, não são separadas uma das outras:

A maneira como vivenciamos nossos corpos é influenciada pelas normas sociais ao nosso redor, de modo que, por exemplo, a experiência vivida de ser uma jovem mulher branca é moldada significativamente pelas expectativas e ideais culturais de um corpo feminino, em relação ao tamanho e forma aceitáveis do corpo, seu comportamento, adorno e assim por diante. A maneira como experimentamos nossos corpos também é influenciada pelo que “sabemos” de anatomia e fisiologia, de modo que identificamos sentimentos e mudanças particulares de nossos corpos em relação às construções médicas do que é “normal”. (Dale, 2001, p. 12).

Para Thanem (2015), essas vertentes sobre o corpo manifestam-se nos Estudos Organizacionais em seis categorias temáticas de pesquisas: (1) o corpo como objeto de uma construção discursiva, buscando compreender opressões, discriminações, disciplinas e expressões identitárias, utilizando como abordagem de análise o pós-estruturalismo e a filosofia feminista; (2) o corpo como forma de desejo e resistência às construções discursivas disciplinares e opressoras, fundamentado no pós-estruturalismo e no feminismo materialista; (3) o corpo como alvo da exploração capitalista no trabalho, utilizando a filosofia marxista nesses estudos; (4) o corpo como objeto e sujeito das interações sociais, laborais e gerenciais das experiências vividas e uma forma de geração de saber, usando a filosofia feminista e fenomenológica; (5) o corpo utilizado pela filosofia feminista e fenomenológica como tema para estabelecer métodos de estudos qualitativos; e (6) o corpo como um sujeito ético a partir das leituras de Levinas e Spinoza. Não obstante tipologias serem uma forma de síntese das possibilidades que se apresentam aos olhos dos pesquisadores, elas podem funcionar como limites que tensionam e desafiam a novas reflexões e investigações rumo a uma compreensão cada vez mais ampla e profunda do fenômeno, como no caso do que se apresenta neste fórum especial, a seguir apresentado.

Discutindo e enfrentando hegemonias

Neste número especial, pudemos contar com um retrato privilegiado da produção brasileira sobre a temática dos corpos e como ela se relaciona com a perspectiva da hegemonia nas organizações. No total, recebemos 18 textos de alto nível, tratando de diversos aspectos da problemática. Apesar de passar pelo exame atento dos editores especiais e de um seleto grupo de avaliadores, foram selecionadas cinco contribuições, que abordam perspectivas diversificadas sobre os fenômenos em tela, os quais serão brevemente apresentados a seguir.

Com o objetivo de trazer para os Estudos Organizacionais a noção psicanalítica de corpo no artigo “Em defesa da consideração do corpo erógeno nos Estudos Organizacionais”, Marcelo Galletti Ferretti e Luiz Eduardo de Vasconcelos Moreira propõem-se a examinar de que forma a noção de corpo erógeno, cara à psicanálise, pode servir para um refinamento do que se toma por corporalidade no âmbito dos Estudos Organizacionais, rompendo com a visão hegemônica de corpo oriunda da medicina anatomapatológica. O corpo erógeno passou a ser tomado como algo erotizável, para além da biologia, do orgânico e do somático. Lacan sistematizou suas ideias sobre o corpo tomando-o como corpo real – que se refere às sensações, ao desejo e ao gozo – corpo imaginário, uma silhueta ou sombra humana, a imagem do corpo refletida no espelho, e corpo simbólico, que se refere ao corpo nomeado, pelo eu daquele corpo e pelos outros, portanto significante à medida que engendra, substitui e modifica a realidade. As contribuições da psicanálise fornecem elementos ricos para os Estudos Organizacionais, em particular ao desafiar a noção apassivada de corpo humano, como peça de uma grande engrenagem cartesiana com movimentos previstos, domados e a serviço de uma lógica exclusivamente econômica. Os autores discutem dados de uma etnografia extensa, levada a cabo em dois bancos de investimento, que permite concluir que, embora não deixe de ser orgânico, o corpo se presta a outras nuances, sendo o *loci* de incidência de vários aspectos propriamente organizacionais, como o controle e as políticas de gestão empresariais.

Francielli Borges Ladeira Martins e William Antonio Borges, em “A colonização do corpo e a despersonalização da mulher no sistema obstétrico”, discutem a submissão da mulher à autoridade médico-hospitalar na gestação e no parto, um processo que se dá em múltiplos níveis. Isso reifica uma ciência que é hegemonicamente produzida por homens, e que assume a gestação e o parto como processos mais patológicos do que fisiológicos, o que justifica medicalização para a volta à “normalidade”, e, assim, a chamada violência obstétrica. A desterritorialização ocorre no sujeitamento do corpo, que submete o processo vital dos corpos femininos a eventos médicos sob o controle de instituições, o que resulta em um processo de desumanização, de falta de controle do próprio corpo e dos fenômenos a ele inerentes. Ela também se dá na sujeição do indivíduo a normas sociais que tornam o corpo de gestante dócil à medida que se submete ao sistema como um todo. A despersonalização da mulher durante o parto converte as singularidades das experiências da gestação e do parto em registros de incidência burocrática, violando o “eu” dessas mulheres. Isso se verifica, entre outras questões, em aspectos como a vigilância constante, a autoridade concedida pelo conhecimento técnico, a distância social entre as internas e quem as supervisiona, a padronização de procedimentos e atendimento às demandas, e a sujeição às rotinas da instituição. Em conjunto, tanto a desterritorialização como a despersonalização são reflexos de um aparato de opressão de gênero disfarçado de conhecimento científico – pretensamente técnico e neutro – e que, justo por isso, precisa ser questionado rumo a uma humanização das práticas organizacionais.

No ensaio “Estilização de si e resistência no contexto LGBTQ+”, de Marcus Vinicius Soares Siqueira e Bárbara Novaes Medeiros, a proposta é examinar o processo da estilização de si entre corpos de pessoas desse grupo como modalidade de resistência, o que fazem mediante

uma análise da normatização de corpos inspirados em Nietzsche, e sua compreensão de corpos em sua multiplicidade e em termos de vontade de potência, e em Foucault, no que tange ao cuidado de si, e da sexualidade como dispositivo e seus efeitos produzidos nos corpos. A dimensão estética dos corpos estudados considera que os corpos, em si, à medida que encarnam vivências ditas dissidentes, manifestam aspectos estéticos como parte inseparável de quem se é. As muitas possibilidades de existência implicam muitas possibilidades de corpos, todos potência, imbuídos da possibilidade de serem tudo o que puderem e quiserem ser. Tais sujeitos também apresentam uma ética associada à sua própria existência e ao jeito pelo qual cuidam e precisam cuidar de si, a partir de quem são, e não de parâmetros de uma normalidade que os classifica como “diferentes”. Os autores concluem que “a liberdade existe em processo, sempre a ser conquistada”, em especial por corpos que ousam desobedecer à matriz heteronormativa esmagadora de diferenças. Na mesma medida em que há todo um processo em curso que procura submeter a corporalidade a padrões definidos do que se toma por “normal”, há uma resistência imanente a todos os corpos que ousam apresentar-se reconfigurados, dissidentes, indisciplinados, livres por conta de uma estetização que revela que há mais do que biologia, e que estetizar é uma forma de resistir e de se relacionar com o mundo com afeto e alteridade.

Em “Gênero-corpo-sexualidade no espacializar: Produzindo corpos-em-campo na pesquisa”, tendo em vista os desafios de um estudo teórico-empírico de base etnográfica, Romulo Gomes e Letícia Fantinel desenvolveram conceitualmente a noção de “corpos-em-campo” para tratar da produção de conhecimento “não sobre, mas *com* as pessoas”. A proposta parte de uma rejeição às práticas organizacionais hegemônicas que hierarquizam corpos a partir de uma noção específica de ordenamento social, e permite, de maneira simultânea, que os próprios corpos dos pesquisadores sejam postos em reflexão, uma vez que há na investigação um processo coletivo de produção de espacialidade de materialidade. Os autores problematizam a perspectiva dominante de não discutir o corpo do pesquisador, o que termina por traduzir não apenas uma hierarquia ideal de neutralidade, mas um silenciamento sobre dinâmicas raciais, sexuais e de gênero, por exemplo, envolvidas no que é próprio da pesquisa. A partir de dados de uma investigação em curso sobre uma organização da sociedade civil voltada para a população de travestis e mulheres trans no Espírito Santo, o texto traz contribuições relevantes ao pôr em pauta a necessidade de pensar o espaço enquanto prática cotidiana permeada por corpos, o que faz do espaço também um espaço corporal. Analisar o espaço, assim, implica os pesquisadores assumirem de que se trata de um processo dinâmico no qual se observam hierarquias de existências, materializadas em corpos que se assumem como esperado, em detrimento direto dos demais. A pesquisa permite vislumbrar não apenas dimensões ligadas à humanização das práticas de pesquisa, como, em particular, o reconhecimento de desafios éticos ligados à produção de conhecimento em Estudos Organizacionais.

Com olhares voltados para a sexualidade, Andressa Carolina do Nascimento Nunes e Rafael Diogo Pereira exploraram, no texto “BDSM: corpos e jogos de poder”, a dinâmica entre corpos e espaços no contexto do BDSM erótico, que define a “junção de variadas práticas eróticas reunidas em torno da expressão ‘Bondage, Dominação, Sadismo e Masoquismo’” (Ferreira, 2014,

p. 375). Para isso, partem de uma assunção simples: sexualidade, fetiche e poder são elementos que também podem andar juntos e constituem uma dinâmica particular e relativamente pouco examinada sob o ponto de vista dos Estudos Organizacionais, que tende a privilegiar a relação entre sexualidade e organizações sob óticas mais convencionais. A partir de uma investigação baseada em entrevistas, observação participante e diário de campo em uma comunidade BDSM de Belo Horizonte, os autores verificam muitos atravessamentos que põem em perspectiva diversas hegemonias presentes nas práticas sexuais. O texto explora aspectos como a encenação de poder nas práticas desse grupo, a questão dos corpos e seus limites, em alguma medida influenciados por uma economia que dá suporte às práticas da comunidade, tendo o texto se lastreado em discussões foucaultianas. As implicações dessa proposta ocorrem em vários níveis, como sugere a organização do artigo. De um lado, uma ruptura explícita com certa forma *vanilla* de manifestar a sexualidade, o que traz implicações diversas em princípio relacionadas diretamente ao sexo. Por outro, práticas sexuais põem em posição central a questão da corporalidade, em particular pelo uso que se quer dar ao corpo, superando definições biológicas ou morais. Se esse uso diverge do que é estabelecido como aceitável, há toda uma série de exclusões vinculadas ao que se toma por manifestações da sexualidade fora dos padrões, por exemplo. Há ainda um debate rico com as feministas, sobre em que medida a dinâmica de submissão não atua reforçando aspectos de uma já conhecida subalternização dos corpos femininos nesse contexto, debate este particularmente enriquecido com as figuras da dominatrix e das *performances* de protagonismo feminino – ainda que autores como Saraiva e Silva (2021, p. 19) questionem em que medida as *performances* femininas aparentemente autônomas se encaixam em *scripts* concebidos por homens: “não se trata de minimizar a agência das mulheres, em absoluto; mas de destacar que há fatores estruturais que inserem o feminino em um lugar periférico e submetido ao masculino”. Os autores problematizam que, em uma dinâmica erótica na qual há relações consentidas em torno de uma dinâmica de poder, conceitos, papéis, estereótipos e julgamentos tendem a divergir na medida em que se concretizam desencontros próprios entre a prescrição social e a vida real em sociedade com as suas peculiaridades.

Completando a edição, contamos com dois textos redigidos pelas professoras Jo Brewis e Saoirse Catlin O’Shea na seção Perspectivas. O primeiro deles, “Menopausa no espaço de trabalho brasileiro: uma agenda de pesquisa para estudiosos de gestão e Estudos Organizacionais”, de Jo Brewis, trata de um processo inevitável: o envelhecimento biológico que especificamente em uma parte da vida das mulheres se apresenta como menopausa. A autora aponta uma série de aspectos físicos e/ou psicológicos associados ao fenômeno, quase sempre sentidos pelas mulheres como debilitantes. A autora se debruça a problematizar a ausência de estudos sobre esse tema, que incide sobre a vida das mulheres a partir dos 45 anos, e apresenta uma agenda para os pesquisadores da área de Gestão e de Estudos Organizacionais para incorporar uma preocupação com esse tema, em particular no que se refere ao contexto de trabalho.

No segundo texto, “Intimidação acadêmica”, Saoirse Catlin O’Shea explora a complexidade dos elementos associados à liberdade na academia, na prática fortemente condicionada pela “necessidade de encontrar financiamento para pesquisas empíricas e de obedecer às exigências

do órgão de financiamento, de nossas instituições e de pares e colegas”, situação cada vez mais aguda em um quadro no qual as universidades são pressionadas a formar profissionais empregáveis e se sujeitam de maneira cada vez mais nítida às pressões da opinião pública. Mais do que mera liberdade de expressão, isto é, de poder exprimir pontos de vista, a liberdade acadêmica supõe que a autoridade acadêmica com base em conhecimento avançado de um assunto, julgado por pares, é que define o que se pode praticar e, consequentemente, dizer. Quando opiniões – muitas vezes explicitamente conservadoras e discriminatórias, como as dirigidas a pessoas transgênero no Reino Unido por pessoas transfóbicas – são veiculadas por uma imprensa conservadora, isso não tem e não deve ter o mesmo peso de posições construídas durante anos por pessoas que se dedicam a estudar fenômenos em profundidade. Não se pode permitir, assim, que os acadêmicos sejam intimidados.

Esperamos que as leitoras e os leitores tenham tanto prazer em ler quanto nós tivemos ao trabalhar na editoria convidada deste número. Desejamos que esses textos possam semear múltiplas e renovadas formas de reconhecer, enfrentar e romper hegemonias variadas sobre corpos e organizações rumo a corpos livres e emancipados para existirem como bem entenderem. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- Acker, J. (1990). *Hierarchies, jobs, bodies: A theory of gendered organisations*. *Gender & Society*, 4(2), 139-158. doi: 10.1177%2F089124390004002002
- Acker, J. (2006). *Inequality regimes: Gender, class, and race in organizations*. *Gender & Society*, 20(4), 441-464. doi: 10.1177%2F0891243206289499
- Almeida, D. D., & Flores-Pereira, M. T. (2013). *As corporalidades do trabalho bailarino: Entre a exigência extrema e o dançar com a alma*. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(6), 720-738. doi: 10.1590/S1415-65552013000600006
- Bardon, T., Clegg, S., & Josserand, E. (2012). *Exploring identity construction from a critical management perspective: A research agenda*. *M@nagement*, 15(4), 350-366. doi: 10.3917/mana.154.0351
- Barry, D., & Hazen, M. A. (1996). Do you take your body to work? In D. M. Boje, R. P. Gephart & T. J. Thatchenkery (Eds.), *Postmodern management and organization theory* (pp. 140-153). Thousand Oaks, USA: Sage.
- Bell, E., & King, D. (2010). *The elephant in the room: Critical management studies conferences as a site of body pedagogics*. *Management Learning*, 41(4), 429-442. doi: 10.1177%2F1350507609348851
- Bordo, S. R. (1992). The body and the reproduction of femininity: A feminist appropriation of Foucault. In A. M Jaggar & S. R. Bordo (Eds.), *Gender/Body/Knowledge: Feminist reconstructions of being and knowing* (pp. 13-33). New Jersey, USA: Rutgers University Press.
- Bourabain, D. (2020). *Everyday sexism and racism in the ivory tower: The experiences of early career researchers on the intersection of gender and ethnicity in the academic workplace*. *Gender, Work &*

- Organization*, 28(1), 248-267. doi: 10.1111/gwao.12549
- Butler, J. (2019a). *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Butler, J. (2019b). *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo, SP: N-1 Edições.
- Chia, R. (2003). Ontology: Organization as ‘world-making’. In R. Westwood & S. Clegg (Eds.), *Debating organization: Point-counterpoint in organization studies* (pp. 98-113). Oxford, UK: Blackwell.
- Clegg, S. R. (1987). *The language of power and the power of language*. *Organization Studies*, 8(1), 61-70. doi: 10.1177%2F017084068700800105
- Clegg, S. R., & Dunkerley, D. (1980) *Organization, class and control*. London, UK: Routledge.
- Cooper, R., & Burrell, G. (1988). *Modernism, postmodernism and organizational analysis: An introduction*. *Organization Studies*, 9(1), 91-112. doi: 10.1177%2F017084068800900112
- Cregan, K. (2006). *The sociology of the body: Mapping the abstraction of embodiment*. London, UK: Sage.
- Csordas, T. J. (1990). Embodiment as a paradigm for anthropology. *Ethos*, 18(1), 5-47. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/640395>
- Cutcher, L. (2021). Mothering managers: (Re)Interpreting older women's organizational subjectivity. *Gender, Work & Organization*, 28(4), 1447-1460. doi: 10.1111/gwao.12660
- Dale, K. (2001). *Anatomising embodiment and organization theory*. Basingstoke, UK: Palgrave.
- Dale, K., & Burrel, G. (2000). What shape are we in? Organization theory and the organized body. In J. Hassard, R. Holliday & H. Willmott (Eds.), *Body and organization* (pp. 15-30). London, UK: Sage.
- Dar, S., & Ibrahim, Y. (2019). The blackened body and white governmentality: Managing the UK academy and the production of shame. *Gender, Work & Organization*, 26(9), 1241-1254. doi: 10.1111/gwao.12395
- Ferreira, G. B. (2014). Produção de sujeitos, sexualidades e mercadorias no BDSM: As técnicas e os circuitos SM em San Francisco na etnografia de Margot Weiss. *Estudos Feministas*, 22(1), 375-380. doi: 10.1590/S0104-026X2014000100024
- Flores-Pereira, M. T. (2010). *Corpo, pessoa e organizações*. *Organizações & Sociedade*, 17(54), 417-438. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11115>
- Flores-Pereira, M. T., Davel, E., & Cavedon, N. R. (2008). Drinking beer and understanding organizational culture embodiment. *Human Relations*, 61(7), 1007-1026. doi: 10.1177%2F0018726708093906
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2018). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2019). *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Gatens, M. (1996). *Imaginary bodies: Ethics, power and corporeality*. London, UK: Routledge.
- Gatrell, C. J. (2014). Monstrous motherhood versus magical maternity? An exploration of conflicting attitudes to maternity within health discourses and organizational settings. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, 33(7), 633-647. doi: 10.1108/EDI-07-2012-0056

- Godfrey, R., Lilley, S., & Brewis, J. (2012). Biceps, bitches and borgs: Reading Jarhead's representation of the construction of the (masculine) military body. *Organization Studies*, 33(4), 541-562. doi: 10.1177%2F0170840612443458
- Grosz, E. (1994). *Volatile bodies: Toward a corporeal feminism*. Bloomington, USA: Indiana University Press.
- Hancock, P., & Tyler, M. (2000). 'The look of love': Gender and the organization of aesthetics. In J. Hassard, R. Holliday & H. Willmott, H. (Eds.), *Body and organization* (pp. 108-129). London, UK: Sage.
- Harding, N., Gilmore, S., & Ford, J. (2021). Matter that embodies: Agentive flesh and working bodies/ selves. *Organization Studies*, 43(5), 649-668. doi: 10.1177%2F0170840621993235
- Hassard, J., Holliday, R., & Willmott, H. (2000). The body and organization. In J. Hassard, R. Holliday & H. Willmott (Eds.), *Body and organization* (pp. 1-14). London, UK: Sage.
- Hyde, P., Burns, D., Killett, A., Kenkmann, A., Poland, F., & Gray, R. (2014). Organizational aspects of elder mistreatment in long term care. *Quality in Aging and Older Adults*, 15(4), 197-209. doi: 10.1108/QAOA-06-2014-0010
- Just, S. N., Kirkegaard, L., & Muhr, S. L. (2019). Uniform matters: Body possibilities of the gendered soldier. In M. Fotaki & A. Pullen (Eds.), *Diversity, affect and embodiment in organizing* (pp. 113-138). Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Kenny, K., & Bell, E. (2011). Representing the successful managerial body. In E. L. Jeanes, K. Knights & P. Y. Martin (Eds.), *Handbook of gender, work, and organization* (pp. 163-176). West Sussex, UK: John Wiley and Sons.
- Knights, D., & Clarke, C. (2017). Pushing the boundaries of amnesia and myopia: A critical review of the literature on identity in management and organization studies. *International Journal of Management Reviews*, 19(3), 337-356. doi: 10.1111/ijmr.12147
- Küpers, M. W. (2015). *Phenomenology of the embodied organization: The contribution of Merleau-Ponty for organizational studies and practice*. Hampshire, UK: Palgrave Macmillan.
- Küpers, W. (2017). Critical performativity and embodied performing as materio-socio-cultural practices: Phenomenological perspectives on performative bodies at work. *M@n@gement*, 20(1), 89-106. Recuperado de <https://management-aims.com/index.php/mgmt/article/view/3880>
- Louro, G. (2000). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (2a ed.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Méndez, N., & Mora, F. (2013). Leadership embodiment and resistance: The complex journey of Latin American pentecostal women pastors. In L. R. Melina, G. J. Burgess, L. L. Falkman & A. Marturano (Eds.), *The embodiment of leadership* (pp. 129-148). San Francisco, USA: Jossey-Bass.
- Meriläinen, S., Tienari, J., & Valtonen, A. (2015). Headhunters and the 'ideal' executive body. *Organization*, 22(1), 3-22. doi: 10.1177%2F1350508413496578
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (2a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Mik-Meyer, N. (2008). Managing fat body: Identity regulation between public and private domains. *Critical Social Studies*, 10(2), 20-35. doi: 10.7146/ocps.v10i2.1970
- Nkomo, S. M., & Rodriguez, J. K. (2018). Joan Acker's influence on management and organization

- studies: Review, analysis and directions for the future. *Gender, Work & Organization*, 26(12), 1730-1748. doi: 10.1111/gwao.12237
- Oliveira, M. R. G. (2018). Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, 15(28), 167-180. Recuperado de <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>
- O'Shea, S. C. (2019). Cutting my dick off. *Culture and Organization*, 25(4), 272-283. doi: 10.1080/14759551.2019.1608203
- Pullen, A., & Vacchani, S. (2013). The materiality of leadership. *Leadership*, 9(3), 315-319. doi: 10.1177%2F1742715013486038
- Reed, M. (1985). *Redirections in organization analysis*. London, UK: Tavistock.
- Reed, M. (2006). Teorização organizacional: Um campo historicamente contestado. In S. R. Clegg, C. Hardy & W. R. Word (Orgs.), *Handbook de estudos organizacionais: Modelos de análise e novas questões em Estudos Organizacionais* (pp. 61-97). São Paulo, SP: Atlas.
- Rosa, A. R., & Brito, M. J. (2010). “Corpo e alma” nas organizações: Um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(2), 194-211. doi: 10.1590/S1415-65552010000200002
- Saraiva, L. A. S., & Silva, E. J. F. (2021). Liberdade para quem? Um estudo em casas brasileiras de swinging. *Anales del VI Congreso de la Red Pilares*, Santiago, Chile.
- Sasson-Levy, O. (2008). Individual bodies, collective state interests: The case of Israeli combat soldiers. *Men and Masculinities*, 10(3), 296-321. doi: 10.1177%2F1097184X06287760
- Shilling, C. (2012). *The body and social theory*. London, UK: Sage.
- Simpson, R., & Pullen, A. (2018). ‘Cool’ meanings: Tattoo artists, body work and organizational ‘bodyscape’. *Work, Employment and Society*, 32(1), 169-185. doi: 10.1177%2F0950017017741239
- Sinclair, A. (2005). Body and management pedagogy. *Gender, Work & Organization*, 12(1), 89-104. doi: 10.1111/j.1468-0432.2005.00264.x
- Souza, E. M., Brewis, J., & Rumens, N. (2016). Gender, the body and organization studies: Que(e) trying empirical research. *Gender, Work & Organization*, 12(1), 1-14. doi: 10.1111/gwao.12145
- Souza, E. M., Costa, A. S. M., & Pereira, S. J. N. (2015). A organização (in)corporada: Ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(4), 727-742. doi: 10.1590/1679-395118624
- Styhre, A. (2004). The (re)embodied organization: Four perspectives on the body in organizations. *Human Resource Development International*, 7(1), 101-116. doi: 10.1080/1367886032000150578
- Thanem, T. (2015). The body: Philosophical paradigms and organizational contributions. In R. Mir, H. Willmott & M. Greenwood (Eds.), *The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies* (pp. 276-284). London, UK: Routledge.
- Thanem, T., & Knights, D. (2012). Feeling and speaking through our gendered bodies: Embodied self-

- reflection and research practice in organisation studies. *International Journal of Work Organisation and Emotion*, 5(1), 91-108. doi: 10.1504/IJWOE.2012.048594
- Trethewey, A. (1999). Disciplined bodies: Women's embodied identities at work. *Organization Studies*, 20(3), 423-450. doi: 10.1177%2F0170840699203003
- Tyler, M., & Hancock, P. (2001). Flight attendants and the management of gendered 'organizational bodies'. In K. Backett-Milburn & L. McKie (Eds.), *Constructing gendered bodies* (pp. 25-38). New York, USA: Palgrave.
- Westwood, R., & Clegg, S. (2003). The discourse of organization studies: Dissensus, politics, and paradigms. In R. Westwood & S. Clegg (Eds.), *Debating organization: Point-counterpoint in organization studies* (pp. 1-42). Oxford, UK: Blackwell.
- Witz, A., Halford, S., & Savage, M. (1996). Organized bodies: Gender, sexuality and embodiment in contemporary organizations. In L. Adkins & V. Merchant (Eds.), *Sexualizing the social: Power and the organization of sexuality* (pp. 173- 190). New York, USA: Palgrave Macmillan.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Adriana Vinholi Rampazo, Luiz Alex Silva Saraiva e Eloísio Moulin de Souza trabalharam na conceitualização e abordagem teórica. A revisão teórica foi conduzida por Adriana Vinholi Rampazo e Eloísio Moulin de Souza. Adriana Vinholi Rampazo, Luiz Alex Silva Saraiva, Eloísio Moulin de Souza, Jo Brewis e Saoirse O'Shea participaram da redação e revisão final do manuscrito.